

## Portugal Contemporâneo: regimes, revoluções, constituições e poder político

**1820** (24 Agosto)

- Revolta militar no Porto faz triunfar a Revolução Liberal em Portugal
- Fim do Antigo Regime e do governo das autoridades britânicas que exerciam o poder na ausência do Rei D. João VI (no Brasil)
- Inicia-se o "triênio vintista" (1820-1823), derrubado pela contrarrevolução de D. Miguel e do "partido apostólico" da Rainha D. Carlota Joaquina



**1822** (23 de Setembro)

- É aprovada nas Cortes Constituintes a Constituição vintista, a mais antiga lei fundamental liberal portuguesa
- A Constituição cria uma monarquia com uma só câmara e poderes régios reduzidos



**1826** (29 Abril)

- D. Pedro IV, Imperador do Brasil independente, abdica do trono português na filha, D. Maria da Glória
- É outorgada a Carta Constitucional, mais conservadora, que atribui ao Rei o poder moderador e consagra o bicameralismo (Câmara dos Deputados e Câmara dos Pares)



**1834** (26 de Maio)

- Rendição de D. Miguel e do exército absolutista
- Com o fim da Guerra Civil entre os partidários do Antigo Regime e os defensores da Rainha e da Carta, o regime liberal triunfa
- Início do reinado de D. Maria II (1834-1853)



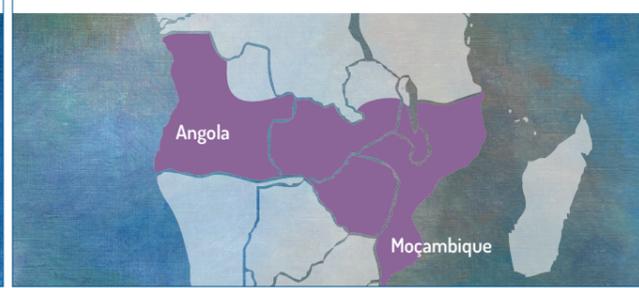
**1851** (7 de Abril)

- "Regeneração" (1851-1890): após um golpe militar, o duque de Saldanha, rodeado de uma nova geração de políticos, inicia uma nova era
- O país vive um período de estabilidade política, paz social e progresso económico – é o chamado "fontismo", inspirado pelo ministro Fontes Pereira de Melo



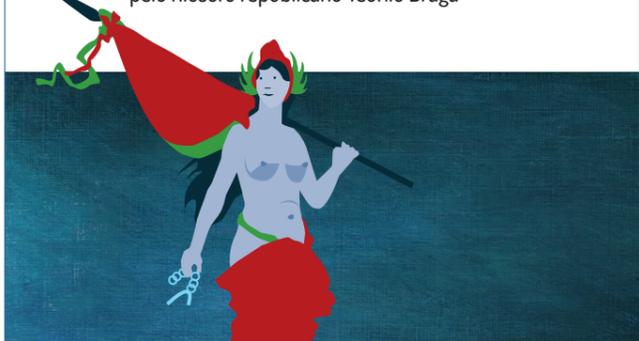
**1890** (11 de Janeiro)

- Ultimato britânico: Inglaterra força Portugal a renunciar ao projecto do mapa cor-de-rosa, para unir Angola a Moçambique
- A cedência nacional, embora inevitável, é usada pelos republicanos para atacar politicamente a monarquia constitucional dos Braganças



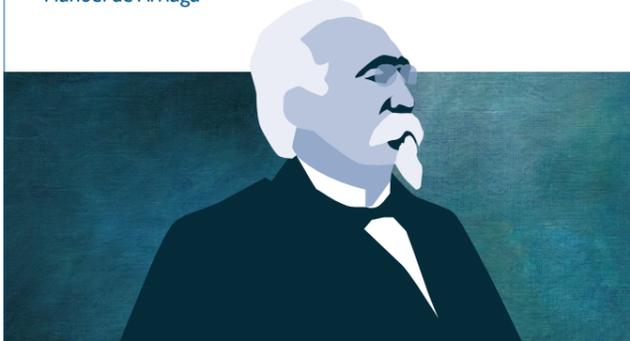
**1910** (5 de Outubro)

- Proclamação da República, após um golpe militar em Lisboa
- A família real parte para o exílio na Grã-Bretanha
- O primeiro governo provisório do novo regime político é presidido pelo filósofo republicano Teófilo Braga



**1911** (21 de Agosto)

- É aprovada a Constituição da República portuguesa, que estabelece o primado do poder legislativo sobre o poder executivo
- No Parlamento é eleito o primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga



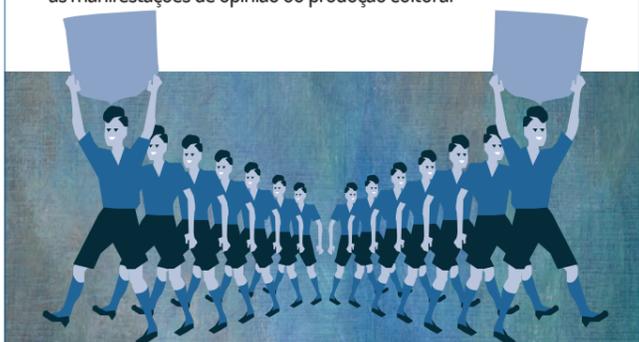
**1926** (28 de Maio)

- Revolta militar em Braga, liderada pelo general Gomes da Costa
- A sua entrada em Lisboa põe fim à República parlamentar e inicia a Ditadura Militar (1926-1933)



**1933** (11 de Abril)

- Entra em vigor a Constituição salazarista – que cria o regime ditatorial do Estado Novo, na fórmula de uma República "unitária" e "corporativa"
- Por decreto-lei é estabelecida a censura prévia à imprensa e a todas as manifestações de opinião ou produção cultural



**1968** (27 de Setembro)

- Após o acidente vascular-cerebral que incapacita o chefe do Governo António Oliveira Salazar, o Presidente da República Américo Tomás nomeia Marcelo Caetano, associado à ala reformista do regime, como novo Presidente do Conselho de Ministros



**1974** (25 de Abril)

- Revolução dos Cravos: o Movimento das Forças Armadas (MFA) ocupa pontos estratégicos em Lisboa e obriga Marcelo Caetano a entregar o poder ao general António de Spínola
- Fim da ditadura que governou Portugal durante 48 anos



**1976** (2 de Abril)

- É ratificada a nova Constituição da República Portuguesa, selando um regime democrático, pluralista, livre e pró-ocidental, após dois anos de PREC (Processo Revolucionário em Curso)
- A Constituição de 1976 teve, até hoje, sete revisões (1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005)



**1985** (12 de Junho)

- Os governos de Portugal e Espanha assinam o Tratado de Adesão à CEE (hoje UE)
- A partir de 1 de Janeiro de 1986, os dois países tornam-se membros de pleno direito do mercado comum europeu



**2011** (6 de Abril)

- Pela 3.ª vez na democracia (aconteceu já em 1978 e 1983), Portugal pede assistência financeira internacional
- A troika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia), entra no país para pôr cobro a profundas dificuldades financeiras, acumuladas pelo Estado no quadro da crise económica internacional

